

MULHERES PORTUGUESAS FALAM DAS RELAÇÕES PORTUGAL-BRASIL E DA SITUAÇÃO DAS MULHERES EM PORTUGAL

Ana Vicente

Num Colóquio sobre *"A Mulher e a Palavra — Vozes portuguesas e brasileiras"*, decidi apresentar-vos algumas vozes de mulheres portuguesas refletindo: 1º — sobre as relações Portugal-Brasil, em qualquer uma das suas vertentes; 2º — sobre os grandes problemas mundiais; e 3º — sobre as suas visões da atual situação das mulheres em Portugal e quais as melhores estratégias para a mudança, considerando que preparamos agora, a nível nacional, regional e mundial, a 4ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, que se realiza em Pequim em Setembro de 1995, como sabem.

Para aqui vos apresentar essas vozes, entrevistei 24 mulheres portuguesas, de diversas idades, profissões ou atividades e que, obviamente, se representam a si próprias e não podem, de modo nenhum, ser consideradas uma amostra representativa.

Lembramos as palavras de Roland Barthes *"A linguagem é um enorme halo de implicações, de efeitos, de ressonâncias, de saliências, de voltas e de reviravoltas"* (Lição, 1979, pg. 30).

A primeira pergunta era:

Como é que você caracteriza as relações Portugal-Brasil no momento atual?

Das respostas inferi o seguinte:

Ambíguas e contraditórias, quer a nível da sociedade civil, quer a nível

oficial ou institucional. Assumem aspectos de amor ou indiferença/ignorância. Os preconceitos/idéias feitas que as/os portuguesas/es têm dos brasileiros/brasileiras são muito reforçados pela televisão, sobretudo através das telenovelas. Da parte de Portugal há manifestações de um complexo de inferioridade. As questões recentes relacionadas com o fluxo migratório Brasil-Portugal têm sido significativas — ou por conhecimento direto das próprias, ou através dos meios de comunicação social (caso dentistas, caso brasileiros retidos no aeroporto). Este fluxo é contraposto ao fluxo histórico Portugal-Brasil. Portugal estar na União Européia dificulta as relações, mas simultaneamente torna Portugal mais importante para o Brasil. É frisada a necessidade de haver mais relações, nomeadamente culturais.

Citarei *ipsis verbi* algumas respostas que me pareceram mais interessantes.

• *Deputada, 38 anos, jurista*

Relações incipientes, culturalmente. A clivagem é cada vez maior, e temo que os laços sejam cada vez mais distantes e a relação cada vez mais mítica.

• *Escritora, 55 anos*

Sempre me preocuparam bastante a nível cultural sobretudo porque me parece grave a falta de contatos entre escritores. Parece que não falamos a mesma língua, os escritores portugueses só têm acesso aos escritores já consagrados e não a uma literatura que se está a fazer — o Brasil interessa-se mais pela literatura que se está a fazer em Portugal do que vice-versa. As Universidades Brasileiras escrevem-nos, escrevem às livrarias, à Sociedade Portuguesa de Autores, para saber moradas, para saber o que se está a publicar. Querem saber mais do que se passa, para além de Saramago e Pessoa. Tenho muita dificuldade de contato com escritoras brasileiras, e isso é pena — há um grande divórcio.

• *Jurista, 28 anos*

Relações amistosas mas que resultam mais de uma empatia natural entre os dois povos motivada pela sua história comum do que do desenvolvimento de políticas de cooperação. A este nível, há muito por fazer. Por parte dos portugueses existe curiosidade sobre os hábitos e cultura brasileiros (não sei se o inverso também se verifica) que nem sempre consegue ser satisfeita. Talvez sejam os artistas da área musical (para não falar das telenovelas) os que mais têm contribuído para trazer um pouco do Brasil a Portugal. Penso que ambos os países deveriam investir bastante mas na dinamização das suas relações.

A segunda pergunta colocada era:

Considerando a situação mundial, quais são, na sua opinião, as grandes questões que precisam de respostas?

As respostas centraram-se predominantemente no seguinte: saúde, desenvolvimento, promoção de estatuto das mulheres, mudanças de mentalidade e cultura, respeito pelos direitos humanos, proteção do ambiente, o comércio do armamento, as altas taxas de natalidade, a droga, a educação, o desencanto com a dimensão espiritual das pessoas, a violência, a pobreza, o envelhecimento da população, a afirmação dos nacionalismos, os conflitos armados, o xenofobismo, o SIDA (Aids), o racismo, a corrupção, a influência hegemônica dos EUA, na conjuntura global, e na Europa, da Alemanha, o desenvolvimento da medicina do ponto de vista ético, a continuada ênfase no desenvolvimento econômico em vez do desenvolvimento humano, desemprego, formação profissional, a falta de vontade política para resolver as situações, o acesso aos meios de comunicação social.

Passarei a ler uma das respostas que me pareceu mais interessante, de uma professora do ensino secundário, 54 anos:

Tem que haver uma profunda reflexão e reformulação das teorias econômicas em vigor — as atuais são contra-natura, contra a natureza humana, e são anti-sociais. Enquanto não se realizar esta transformação, o mundo não pode caminhar para melhor.

Guerra, fome, desemprego. Há tanta insegurança quanto ao futuro. Os economistas ou reformam as suas teorias ou não temos esperança para as desigualdades sociais a todos os níveis.

A terceira pergunta colocada foi:

Considerando que em 1995 se vai realizar a 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, e que cada país-membro está a proceder a uma análise da situação das mulheres e das estratégias para a mudança, como é que vê a atual situação das mulheres em Portugal e quais as estratégias que devem ser adotadas pelo nosso país?

Quanto à situação atual, as respostas centraram-se na afirmação da existência da igualdade jurídica e na desigualdade de fato em algumas áreas, como seja o emprego, a responsabilidade familiar, a violência, a ausência nos lugares de decisão, a discriminação baseada na maternidade. Referiram-se às relações inter-pessoais mulheres/homens como sendo muito desequilibradas, algumas vezes pendendo para o lado das mulheres. Foi frisada a diferença entre as mulheres com mais de 30 anos, ainda dominadas pelos homens, e as de menos de 30 anos, muito mais autônomas, ou seja, há um claro paralelismo com o 25 de Abril. A situação da diferença de gerações é exemplificada pelo fato de, com menos de 40 anos, são as mulheres que, na grande maioria das vezes, pedem o divórcio. Também há quem considere que a classe social da mulher é determinante das suas oportunidades.

As mulheres ainda sofrem de uma fraca imagem social. O machismo parece que é transmitido geneticamente. Mesmo os homens que têm discursos progressistas, são profundamente machistas no comportamento. Há o discurs-

so irônico sobre o feminismo no meio dos homens ditos progressistas, intelectuais, e de esquerda. Não há diferenças entre as relações destes com as mulheres e os conservadores. Mas também houve quem afirmasse que as mulheres não podem perder o seu trabalho principal de mãe de família.

Como estratégias, para a mudança, propõem-se operações mediáticas, reforço da sociedade civil e das organizações não governamentais, novas medidas legislativas de ação positiva, nomeadamente no campo do emprego e da segurança social. Discussão, debate e diálogo. Também há quem ache que tudo está bem e que não são necessárias estratégias.

As mulheres têm que adquirir as capacidades de agir e de pensar por si, de serem autônomas. Necessária a paridade.

Outras referiram como estratégias:

Educação sexual nas escolas e nos bairros degradados; incentivos à natalidade a partir do 3º filho; favorecimento do trabalho em tempo parcial; dar conteúdo às legislações. Embora a Conferência de Pequim possa dar respostas, cada país deve partir dos seus problemas específicos. Deviam dedicar um tempo aos filhos e mais tarde ao trabalho.

Destaco aqui duas respostas que me pareceram mais interessantes:

• *Dirigente da Administração Pública, 54 anos*

A situação das mulheres em Portugal é extremamente desigual, havendo classes de mulheres privilegiadas, que se sentem como já vivendo em igualdade e outras que, mesmo tendo cada vez mais uma vida econômica autônoma, continuam a viver subjugadas em todos os campos da vida.

A questão que se me põe é como criar entre as mulheres uma consciência da sua situação comum e sentimentos de solidariedade. Parece-me grave o fato de em Portugal os movimentos de mulheres serem fracos e pouco numerosos. O alheamento das mulheres jovens de todas as questões que se põem de discriminação e desigualdade de oportunidades é outro fato extremamente negativo, dado que sabemos hoje que a situação das mulheres no mundo é uma questão nunca resolvida em definitivo.

As estratégias são todas, mas parece-me fundamental a informação/formação e o apoio a todos os tipos de associativismo.

• *Escritora, 55 anos*

Há um recuo claro na luta das mulheres em Portugal, as organizações políticas, as novas gerações não têm a noção dos seus direitos e estão a aceitar os estereótipos e prontas a colaborar no seu aniquilamento físico — como seja a anorexia. O mito da beleza é profundamente destruidor e cada vez mais persistente, dada a publicidade. É necessário arranjar outra forma de estar na vida.

Estratégias — voltar a haver organizações de mulheres. A parte governamental deve prestar mais atenção assim como as organizações não governamentais.

A minha opinião:

1. Dadas as diferenças em termos de população e de dimensão de Brasil-Portugal, as relações são e serão sempre complexas, ambíguas e contraditórias. Dadas as afinidades em termos linguísticos, míticos e pessoais, serão sempre especiais e muitas vezes afetivas.

Haverá sempre também vários níveis de relações — as institucionais e dentro destas muitas variantes, conforme a área e as circunstâncias políticas de um e outro lado. As relações dependem também de uma infinidade de circunstâncias reais, imaginadas ou desejadas. A facilidade de comunicações, de ligações informáticas e de mobilidade trará novos dados.

Pela minha parte gosto imenso de estar no Brasil, gosto imenso das pessoas, e sinto-me bem aqui.

2. A grande questão é o modelo de desenvolvimento, melhor dizendo, o modelo econômico em que estamos como que encarceradas, em relação ao qual pouco ou nada podemos influenciar, dado o fosso entre os decisores e as populações; modelo esse que, apesar dos níveis de conhecimento que temos, e o nível conceptual a que chegamos, determina que a maior indústria do mundo seja a do armamento, que vivam em profunda situação de miséria e ignorância bilhões de pessoas, que o ambiente esteja em situação de atentado, que a desigualdade e o desequilíbrio de poder entre mulheres e homens persista e renasça constantemente sob novas formas.

3. Situação jurídica correta e igualitária apesar de, na minha opinião, serem necessárias permanentes avaliações e alterações em domínios como a fiscalidade, o direito de família e o direito penal.

Ao nível do quotidiano, os desequilíbrios de poder são evidentes no trabalho e no emprego, na violência especificamente dirigida contra as mulheres (violações, abuso sexual, prostituição, assédio sexual, agressão doméstica, pornografia), na não-conciliação da vida familiar e profissional, e na disparidade numérica mulher/homem nos lugares de decisão.

Como estratégias: o fortalecimento dos movimentos de mulheres e da vontade política, que terá que desenvolver ações positivas tendo em vista a igualdade.

Evoco também aqui as vozes de *Soror Mariana* e das *Novas Cartas Portuguesas* que se centram nas relações mulher-homem e recorro à última frase da última carta de Mariana:

“Creio até que não tornarei a escrever-lhe. Tenho alguma obrigação de lhe dar conta da minha vida?”

Utilizei a tradução de Luciano Cordeiro, publicada em 1890.

Quanto às *Novas Cartas Portuguesas*, o seu conteúdo continua a encontrar eco na nossa sociedade, onde considero que coexistem várias camadas de realidade e de utopia, escondidas ou evidentes:

“Em Portugal, a maior parte das mulheres não só e apenas são ‘escravas do homem’, como desempenham ‘alegremente’, convictamente, o seu papel de mulher-objeto, e não é necessário ser-se adúltera para se ser ‘apedrejada’, aniquilada... basta que ela surja e fale como ‘um homem’. (...) Visto que então tudo parece estar certo e a mulher gostar deste seu papel subalterno e secundário onde se limita a ser mãe e mesmo quando formada escolhe o casamento como se profissão fora não remunerada ou remunerada através da cedência do seu próprio corpo e então iremos ter à prostituição pura e simples... Visto, pois, que tudo se passa deste modo ‘inofensivo’ e benfazejo a contento de todos, que nos resta senão entrar em luta?” (pp.316-317)

e noutros trechos das *Novas Cartas*, lemos:

“Inevitavelmente, passamos de amor à história e à política, e aos mitos que calçam circunstâncias históricas e políticas, e tu perguntaste ‘é pacto com o demônio que sugeres?’ E não foi por acaso, essa pergunta — de fora nos julgamos, mas são nossos temores mais fundos o que nos liga ao que rejeitamos — como não é acaso ser o demônio homem preto, ou vermelho, ou tomar forma feminina, no dicionário dos bruxedos; demônio é o anjo caído por ter ameaçado a ordem superiormente estabelecida. Passamos assim aos mitos de circunstâncias históricas e políticas, porque não nos é possível, ainda, falar em amor; porque na relação a dois, homem e mulher julgando-se sós e nos seus sexos, se vem imiscuir o que a sociedade fez e exige de cada um; porque relação a dois, e não só no casamento, é mesmo base política do modelo da repressão; porque se mulher e homem se quiserem sós e nos seus sexos, logo isso é sabido como ataque à sociedade que só junta para dominar, e Abelardo é castrado, e Tristão nunca se junta a Isolda, e todos os mitos do amor dão-nos como impedido e irrealizado, e todas as histórias de amor são histórias de suicidas; porque temos de remontar o curso da dominação, desmontar suas circunstâncias históricas, para destruir raízes” (pp.102-103).

Também é tempo de lembrar aqui algumas vozes das primeiras feministas portuguesas e para tal sirvo-me da publicação *Mulheres Portuguesas — Vidas e Obras Celebradas — Vidas e Obras Ignoradas* (Regina Tavares da Silva, CIDM, 1991) citando alguns trechos por elas escritos em que refletem sobre a situação das mulheres.

Antônia Gertrudes Pusich (1805-1883):

“Quando erguemos a voz a favor da ilustração feminina, sustentando as columnas deste jornal a liberdade intelectual de que por tantos séculos temos sido barbaramente privadas, e que temos tão sagrados direitos como os homens afrontando as mais árduas

dificuldades preparámos neste mesmo jornal um campo onde os talentos se podessem livremente exercitar; e tentando derrubar as barreiras de antigos errados preconceitos, para a justa, e gloriosa empresa de illustrar e moralisar o sexo educador do género humano; aquelas que formando o coração do homem firmam nelle o seu domínio; tem na sociedade a maior influéncia; e podem causar bens, e males incalculáveis; implorámos o poderoso auxílio dos Cavalheiros que por seus nobres sentimentos, e por sua instrução honram a nossa terra" ... in: Assembléa Literária, nº 22, de 12/1/1850.

Guiomar Torrezão (1844-1889)

A propósito de um projeto de lei contemplando a fundação de liceus para a instrução secundária das raparigas que, segundo ela, provocou "uma troça medonha", diz: *Muito sinceramente lhes declaro, que não sei até que ponto poderá arruinar o nosso fino paladar e o nosso débil estômago feminino, a maçã da árvore da sciência; mas o que desde já lhes asseguro, é que os argumentos, até hoje apresentados, contra esse substancioso fructo, exclusivamente saboreado e diferido pelo homem, não provam absolutamente nada.* ("Batalhas da Vida", 1892, p.179)

Para Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851-1925) era necessário:

"fundar escolas, libertar as futuras gerações femininas da ignorância e da superstição, de preconceitos mesquinhos e de prevenções dogmaticamente inculcadas, pregar-lhes o evangelho do trabalho. Urge, acima de tudo, desenvolver as tendências nativas nas futuras esposas e mais, por meio da educação intellectual, moral e física apropriadas e pela instrução doméstica, científica ou artística. Em segundo logar importa utilizar as actividades que espontaneamente forem surgindo, facultando-lhes a indispensável independéncia material no exercício das profissões de mais pronto acesso — tais como professoras, médicas, parteiras, aias, enfermeiras.

A questão feminista, na península hispânica, é actualmente uma simples questão de instrução, a sua característica é o processo na educação das gerações futuras". (...) Porque padece a mulher? e porque se tem em conta de mais desgraçada que o homem? Porque lhe cortam os vôos à intelligéncia. Porque as instituições e a ignorância a collocam sempre dependente, solteira ou viúva, restando-lhe por último o desamparo absoluto ou o pão ensopado em lágrimas.

Mas se a mulher padece, tenha esperança, porque a Justiça que venceu as demais escravidões, também há-de acabar com esta. Realiza-se uma reforma valiosa nas condições da mulher. Afastemo-la embora da emancipação política e científica, mas demos-lhe quanto antes a igualdade civil". in: O Movimento Feminista Português (1896).

Temos depois Caiel (1860-1929):

Quando vemos que os homens tanto têm dificultado e enredado a vida, no conflicto de paixões e ambições egoístas, não será lícito perguntar aos nossos espíritos atormentados se uma intervenção mais direta e legalista da mulher nas questões sociais — mercê da sua índole e temperamento nativo — não teria há muito insuflado nessas questões germen de equilíbrio, de ordem, de serenada prosperidade? ("Comentários à vida", pg. 76).

Adelaide Cabete (1867-1935)

Em 1923, no 1º Congresso Feminista Português disse Adelaide Cabete:

“A maior parte dos homens de hoje já não receia que a mulher se torne menos feminina por ser feminista. Ele vê que a mulher, à medida que se interessa pelas questões de ordem social, vai esclarecendo a sua inteligência, vai disciplinando o seu espírito, vai aperfeiçoando a sua própria individualidade, tornando-se assim um elemento de valor positivo, um ser consciente e portanto com maior direito ao título de mãe e de esposa.

A vida na família assim se tornará mais harmoniosa, mais bela e mais equilibrada, visto que desta maneira o homem terá a seu lado uma verdadeira companheira, uma sua igual e não uma escrava.

Ana de Castro Osório (1872-1935)

Na sua obra *“As Mulheres Portuguesas”*, escreveu em 1915:

“Mas esperemos serenamente, porque à mulher portuguesa há-de chegar também a sua vez de compreender que só no trabalho pode encontrar a sua carta de alforria. Não no trabalho esmagador, exercido como castigo, mas no trabalho que enobrece o espírito, que dá o belo orgulho dos que só contam consigo e nunca foram um peso para ninguém. E desde que se torne independente pelo seu próprio esforço, desde que saiba agenciar o pão que come, a casa que habita, os vestidos que veste, sem estar à espera do homem, fonte perene de todo o dinheiro que hoje a sustenta — seja como pai, como marido ou irmão — a sua alforria está decretada”. (pp.20-21). (...) No século XX a mulher tem de ser outra, porque outro é também o homem e muito diferente o seu ideal. Educar a mãe para ser a educadora dos filhos; educar a mulher em geral para viver de si mesma, e para si, quando pertence à enorme legião das que ficam solteiras e portanto sem filhos a educar nem casa a governar, deve ser um dos nossos mais porfiados empenhos. É este o verdadeiro feminismo”. (p.54) (...) Julgaram os homens por acaso — tamanha será a sua ingenuidade?! — que podiam em vão dispor da metade da humanidade, reduzi-la ao papel farfalhado de deusa do lar, nuvem, anjo, demônio, e todas quantas mais banalidades se têm dito e escrito há séculos, e dizer-lhe: fica aí, o teu destino é agradar-me ou servir-me, conforme o meu capricho de senhor!?” (p.58).

Virgínia de Castro e Almeida (1874-1945)

Na sua obra intitulada *A Mulher (História da Mulher — A Mulher Moderna — Educação)*, publicada em 1913, ela escreveu nestes termos bem expressivos:

Mulheres da minha terra!... Gatas Borracheiras com o cérebro vazio, que esperam sentadas na lareira e com estremecimentos mórbidos, a hipotética aparição do príncipe encantado; criadas graves, que passam a vida com as chaves da dispensa e a agulha na mão, sem terem a menor noção da economia doméstica nem de higiene, confundindo a honestidade com o desleixo da beleza; animais de carga ou de reprodução, rodeadas de filhos que não sabem criar, nem educar, bonecas de luxo, vestidas como as senhoras de Paris e com a inteligência toda absorvida na decifração das modas, incapazes de outro interesse ou de outra compreensão...” (p.17).

Emília de Sousa Costa (1877-1959):

“Ao que visa a feminista, repito: é a integrar a mulher no seu lugar, clamando que a instruem, a dignifiquem, a libertem de misteres infamantes, ou de profissões incompatíveis com as suas forças, a nobilitem pelas regras sadias de aprimorada educação moral e cívica, pelo trabalho, para que possa ser mãe modelar, educadora inteligente, esposa compenetrada das suas atribuições, unidade sempre útil na família e na Pátria, purificadora da atmosfera em que se exerça o seu raio de ação” (A Mulher, p.58).

Carolina Beatriz Angelo (1877-1911)

No dizer da redatora da “Alma Feminina”: *“o sexo feminino foi posto de parte como coisa desprezível, sem importância ou significado algum, mas ao mesmo tempo os menores emancipados e os analfabetos podem exercer um dos maiores direitos que os povos possuem, conquistado à custa de milhares de vítimas.*

A professora, a médica, a escritora, a advogada, a comerciante, a caixeira, enfim, toda essa enorme avalanche feminina que exerce uma profissão, sabendo ler e que pagam por vezes pesadas contribuições ao Estado são esquecidas para só o exclusivismo do sexo imperar em toda a sua amplitude. E chama-se a isto sufrágio universal!”.

Branca de Gonta Colaço (1880-1945):

“É tempo de que cada mulher cultive em si própria uma inteligência bem orientada, uma vontade esclarecida, uma força benéfica e consciente, apta a bem viver e a bem servir a vida, esse dom misterioso e precioso que Deus nos deu”. (...)

O Feminismo é uma nobre aspiração de justiça e visa apenas a elevar e dignificar a companheira do homem, para atingir uma mais perfeita e eficaz colaboração entre os dois componentes da humanidade. Se o feminino fosse contra o homem, as mulheres deviam logicamente ser anti-feministas”.

É por demais sabido que, no pós-25 de abril de 1974, quer a Constituição quer a legislação que sucessivamente foi sendo promulgada, formalizou o princípio da igualdade perante a lei. Contudo, é evidente que o autoritarismo do masculino face ao feminino persiste, em todos os setores, mas agora de forma não assumida e até explicitamente negada. Assim, a disparidade entre o discurso e a prática é de tal forma sutil que vastos grupos de mulheres negam que haja autoritarismo, só conseguindo representar os seus percursos individuais.

É na desigual partilha do poder a nível de lugares de decisão, em todos os setores, que maior resistência à mudança se manifesta e que de forma mais sutil se apresenta o autoritarismo. No setor político, económico, cívico ou religioso, o grande desequilíbrio existente é ainda por vezes justificado por uma pretensa meritocracia, que se contradiz com os dados que aproximam ambos os sexos (5,1% da população masculina com mais de 15 anos com curso superior, contra 4,1% da feminina) ou que até indicam uma superior qualificação das mulheres no grupo etário dos 20-30 anos. Assim, em 1990/91, dos

alunos que concluíram um curso superior, 65,9% eram raparigas. Por outro lado, em 1992, dos portugueses com menos de 30 anos, habilitados com curso superior, 59,4% eram mulheres.

Contudo, ainda nas eleições para o Parlamento Europeu, realizadas em Junho de 1994, Portugal não só baixou a percentagem de mulheres eleitas, como foi a mais baixa da Europa, com 8%.

A participação das mulheres na Assembléia da República tem mesmo vindo a decrescer, desde 1975.

Quanto ao poder local, o autoritarismo exerce-se aí de forma persistente. É assim que, em dezembro de 1993, foram eleitas 5 mulheres entre 305 presidentes de câmara.

O Conselho de Estado é inteiramente masculino e o órgão máximo de concertação social, o Conselho Económico e Social, tem 2 mulheres em 58 membros.

Qualquer que seja o lugar de poder, mesmo que num setor como a educação, onde as mulheres predominam em grande percentagem entre os docentes, os espaços são ocupados pelo masculino. É o caso do Conselho Nacional de Educação, onde, de 56 Conselheiros, 12 são mulheres.

Os conteúdos dos meios de comunicação social e nomeadamente das televisões, que simultaneamente refletem a "realidade" e influem sobre esta, também se inserem, como seria de esperar, na lógica do desequilíbrio do poder masculino-feminino.

Um estudo realizado por Helena Neves, em 1993, a pedido da CIDM e com apoio financeiro da Comissão Europeia, acerca das *Imagens das Mulheres e dos Homens na TV*, ainda não publicado, conclui que a presença das mulheres políticas na TV é inferior à sua representação política; que a discussão ou debate de questões "sérias" é quase exclusivamente conduzida por homens e com homens; que os conteúdos de programas de entretenimento, sobretudo quando conduzidas por homens, usam muitas vezes humor de conteúdo sexista; que a violência simbólica contra as mulheres é manifesta nos papéis que lhe são atribuídos em alguns programas: mulher igual a fútil, e a estúpida.

É de interesse referir algumas vozes que se levantam no interior da Igreja Católica:

A XVII Semana Bíblica, que decorreu em Fátima em Agosto de 1994, terminou com uma proposta no sentido de que a hierarquia eclesial *"abandone a prática da exegese dos textos bíblicos sobre a mulher, desligada do seu contexto, que tem servido de apoio "teológico" à secundarização da mulher no seu papel de corresponsável da Igreja (...) que a hierarquia saiba corajosamente aceitar, na sua reflexão e, sobretudo, na sua prática, aquilo que de positivo já foi conseguido na promoção da mulher"; que seja capaz de "integrar harmoniosamente os valores masculinos e femininos sem medos redutores da liberdade e da dignidade da pessoa"; e, finalmente, "que as mulheres na sociedade e na Igreja sejam chamadas a participar diretamente na elaboração dos documentos que lhe dizem respeito."*

Teresa Martinho Pereira, que prepara o doutoramento em Teologia feminista em Frankfurt, interroga-se mesmo acerca da construção da imagem nos documentos oficiais sobre a mulher enquanto mãe e esposa. Conceitos que, no seu entender, apenas se fundamentam na identificação redutora do seu papel sócio-cultural com a natureza biológica, enquanto progenitora. Na igreja, a mulher continua a ser remetida para o domínio da vida privada, um conceito, aliás, implícito no discurso acerca do seu papel de mãe. Isto quando os mesmos discursos praticamente ignoram o papel do homem, também enquanto pai, embora sendo apresentado vulgarmente como o interveniente privilegiado da vida pública e social. E adiante: *“Mesmo quando os textos mais recentes falam do papel social da mulher na vida pública, tendem a identificá-la como espécie de universalização da figura da mãe”*.

Por outro lado, vejamos o que escreveu Dina Canço e Madalena Barbosa na revista *Vértice*, de Maio/Junho de 1994, sobre as “Mulheres Trabalhadoras Intelectuais”; referindo um relatório sobre as Mulheres Portuguesas na Cultura:

Segundo as palavras do relatório elaborado por Maria Antónia Fiadeiro, do Centro de Documentação e Informação da Secretaria de Estado da Cultura, foram contactadas as várias associações de classe em Portugal. Entre elas, algumas disseram não terem dados classificados segundo a variável sexo, como por exemplo a Sociedade Nacional de Belas-Artes e a Sociedade Portuguesa de Autores. A Associação Portuguesa de Escritores regista em 595 inscrições 144 mulheres escritoras, ou seja, 24%.

O Sindicato dos Músicos indica 196 inscritas, com 50 pertencendo ao setor de música clássica, sendo as restantes pertencentes ao setor de música ligeira.

O Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos forneceu os seguintes dados: num total de 2.607 inscritos existem 945 mulheres, o que representa uma taxa de feminização de 36%, o que inclui setores como administrativo, bailado, cinema, circo, música, ópera, plástico, rádio, teatro, técnicos, televisão e variedades. O Sindicato da Actividade Cinematográfica, Televisão e Vídeo dá uma percentagem total de 30% de mulheres inscritas. Por sua vez o Instituto Português de Cinema informa existirem 12 realizadoras de longa metragem.

A Associação Nacional de Artistas Plásticos, num total de 544 membros, regista 98 mulheres, o que corresponde a 18% dos associados. A maioria encontra-se registada como pintora.

Um levantamento do Clube de Jornalistas, editado em 1992, (“Quem é quem no jornalismo português”), num total de 821 jornalistas, assinala 171 mulheres, o que representa uma percentagem de 21%. Se bem que estes números tenham de ser relativizados, pois todas estas instituições são particulares e de inscrição facultativa, não deixou de nos surpreender a fraca percentagem de mulheres em todas as áreas culturais.

De fato, nos últimos anos tem surgido uma quantidade surpreendente de mulheres que se têm distinguido no campo da literatura e da arte, para não falar já de outros

campos como o jornalismo, por exemplo, onde vários prêmios anuais têm sido atribuídos a mulheres. Talvez nesta área a qualidade de pintoras como Helena Vieira da Silva ou Paula Rego, ou de escritoras como Maria Velho da Costa e Lídia Jorge, ou ainda Natália Correia para mencionar alguns, poucos, dos nomes mais conhecidos, nos tenham feito esquecer a quantidade. Não deixa de ser verdade, no entanto, que a quantidade permite o aparecimento da qualidade.

Adélia Costa realizou em 1991 um estudo intitulado *Representações Sociais de Homens e de Mulheres, Portugal 1991*, onde conclui que:

Parece-nos por isso que ficou claramente demonstrado que apesar das inúmeras transformações econômicas, sociais e culturais a que a sociedade portuguesa tem vindo a ser sujeita, persistem algumas inexplicáveis distinções entre o que é próprio do homem e da mulher, entre aquilo que fica bem ou mal a uma mulher; entre os comportamentos que são esperados para um e para outro sexo. Sendo assim, visto que com este estudo se questionavam as representações que homens e mulheres fazem dos vários níveis do social, e uma vez que, como demonstramos ao longo do questionário, estas representações persistem na distinção de papéis homem/mulher, temos boas razões para defender que muito trabalho há ainda a fazer até que em Portugal a igualdade seja mais do que um estatuto legalmente instituído". (p.133).

Na mesma linha escrevem Ana Nunes de Almeida e Maria das Dores Guerreiro no cf. "A Família", incluído no Estudo coordenado por Luís de França, *Portugal: Valores Europeus, Identidade Cultural: (1993)*

"A existência de uma faixa bastante grande de indivíduos que subscreve para as mulheres, de forma aparentemente paradoxal, valores de orientação preferencial para a vida profissional e, ao mesmo tempo, valores de orientação preferencial para a vida doméstica, mostram mais uma vez que as mudanças sociais e culturais podem não ocorrer ao mesmo ritmo nem com a mesma intensidade a respeito de vários aspectos da vida familiar. Reforçam também a constatação de que há uma distância entre o plano abstrato dos valores, onde podem coexistir orientações divergentes, e o plano da existência quotidiana, com as suas tensões, as suas opções difíceis ou as suas soluções de compromisso. (...) Uma das representações mais fortemente difundida na nossa sociedade é a de que as mulheres têm a desempenhar um papel social por excelência: o da maternidade. Mesmo quando se aceita a sua presença em atividades profissionais, é vulgar a idéia de que a função de mãe está em primeiro lugar, e que é através da maternidade que as mulheres melhor se podem realizar.

Quero também referir o Relatório Nacional Português para a 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres (Pequim, 1995). Aí lemos:

Em Portugal, o reflexo das transformações mundiais e regionais faz-se sentir sobre uma sociedade que, apenas há duas décadas, sofreu uma trans-

formação radical, na passagem de um regime autoritário e fechado sobre si mesmo durante 50 anos, para uma democracia de tipo ocidental.

Acresce ainda, neste quadro de transformações mundiais, a situação do continente africano, onde a guerra, a difícil transição para a democracia e a explosão demográfica geraram novos surtos de emigração que afetaram também Portugal, dada a sua relação privilegiada com os países lusófonos.

A evolução da situação das mulheres portuguesas que, com a democratização, alcançaram um estatuto legal igualitário relativamente aos homens, caracteriza-se nesta última década por aspectos negativos e positivos.

Por um lado, o aumento do desemprego e a crise econômica vieram prejudicar principalmente as mulheres, que constituem a maioria dos desempregados.

Têm-se gerado fenômenos de novas bolsas de pobreza, além das tradicionais, verificando-se a "feminização da pobreza".

A estrutura da família alterou-se, como nos demais países da Europa, com o crescente aparecimento de famílias monoparentais, com mulheres responsáveis únicas, tendo baixado, por outro lado, drasticamente, a taxa de fecundidade.

Entre os fatores negativos, parece também verificar-se uma particular resistência à participação das mulheres na vida política, particularmente no que se refere ao seu acesso aos níveis do poder e da decisão.

Por outro lado, registam-se aspectos que se podem considerar positivos, a crescente taxa de atividade das mulheres, o aumento da participação feminina a nível escolar que, principalmente a nível do ensino superior, já é sensivelmente maior que a dos rapazes.

À integração na União Européia e a política comunitária da igualdade de oportunidades para as mulheres (Directivas, Resoluções e Recomendações, Programas de Ação e de Formação) constituem formas de apoio e incentivos para as políticas nacionais que prosseguem os objetivos de igualdade.

Também os conceitos, oriundos do Conselho da Europa, evoluindo da reivindicação da "igualdade" para a da "paridade" são portadores de esperança para uma evolução positiva das mentalidades no nosso país.

Por outro lado, as políticas hoje preconizadas pelas Nações Unidas, no sentido de as mulheres deixarem de ser apenas objeto das políticas de desenvolvimento, e a prossecução de um desenvolvimento sustentado, terão no futuro, necessariamente, os seus efeitos. Do mesmo modo, o assumir da problemática da igualdade como questão de importância política nos "fora" internacionais tem contribuído para a "legitimação" destas questões também a nível nacional.

Começa-se a estar consciente, e em Portugal as ONG de mulheres estão em sintonia com esta realidade, que a mudança estrutural, as transformações mundiais, regionais e nacionais, para serem positivas necessitam do contributo das mulheres.

Em Portugal, a implementação das estratégias para o futuro passará pelo relançamento da evolução positiva que se verificou com a instauração da demo-

cracia em 1974, e a conseqüente modificação do estatuto da mulher na ordem jurídico-constitucional, assim como com a execução de políticas impulsionadas pelos organismos para a igualdade institucionalizadas na década de 70.

Esse “élan” para ser relançado implica uma renovada vontade política por parte dos partidos políticos, do governo e da oposição, no sentido de que esta temática seja encarada como eminentemente política, assim como por uma tomada de consciência, por parte da opinião pública e dos *media*, de que subsistem muitos problemas para resolver.

A elaboração e execução de um “Plano Global para a Igualdade” que tenha incidência sobre todas as políticas setoriais, é importante e será uma forma de resolver os problemas que se verificam nas áreas críticas, os quais não podem ser tratados isoladamente.

Este plano deve prever metas calendarizadas no tempo e o seu cumprimento deve estar sujeito a avaliação regular.

Concretamente, o plano deverá prever, entre outras, as seguintes medidas:

- Criar condições para uma crescente participação das mulheres ao nível da decisão;
- Reforçar o poder institucional, financeiro e de intervenção dos mecanismos para a igualdade existentes, por forma a eles serem os motores da execução do plano;
- Facultar formação específica aos/às conselheiros/as para a igualdade, designados/as pelos diversos organismos a fim de os/as habilitar a avaliarem as repercussões da política setorial do seu ministério sobre a situação das mulheres;
- Integrar, na próxima revisão constitucional, o “direito à igualdade dos homens e das mulheres”, como direito autónomo e não apenas como um dos critérios para a exclusão de discriminação ao lado da raça, da nacionalidade, da religião, etc.;
- Aperfeiçoar a legislação, nomeadamente a relativa a maternidade e paternidade, a fim de facilitar a partilha das responsabilidades familiares;
- Aumentar a rede de creches e outras estruturas de apoio à infância, à terceira idade e aos deficientes;
- Assegurar uma cobertura nacional do ensino pré-primário;
- Integrar na escolaridade obrigatória uma educação cívica em que seja considerada a vertente do gênero, por forma a contribuir para a igual valorização dos dois sexos em dignidade e aptidões e para o seu respeito mútuo, bem como a vertente da educação para a igualdade, para os direitos humanos e para a não violência, que contribuirá para erradicar a violência contra as raparigas e as mulheres.
- Avaliar a situação específica das mulheres na implementação de políticas para a erradicação da pobreza ou para o combate ao desemprego;
- Facilitar o acesso das mulheres a fundos e apoios internacionais, nomea-

damente os comunitários, no que respeita as áreas de formação profissional, saúde, educação e outros;

- Integrar as mulheres no desenvolvimento não apenas como beneficiárias mas como sujeitos ativos, reconhecendo o seu efetivo contributo e incentivando a sua participação na elaboração de políticas globais e setoriais;
- Reconhecer o papel efetivo da sociedade civil, apoiando as ONG's de mulheres ou que prossigam objetivos afins, nomeadamente facultando-lhes tempo de antena, nos mesmos moldes que aos parceiros sociais.

Na elaboração, a execução e avaliação do "Plano Global para a Igualdade" deverá ter-se em atenção, e como referência, os compromissos internacionalmente assumidos, nomeadamente no âmbito da União Européia, do Conselho da Europa, e das Nações Unidas, com um especial relevo para a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e as Estratégias para o Futuro aprovadas em Nairobi.

Um possível ponto de partida para a concretização do "Plano Global para a Igualdade" poderá ser a Resolução do Conselho de Ministros de 14 de Abril de 1994, que reconhece a importância política desta problemática e se propõe dar-lhe resposta através de políticas intersectoriais de promoção da igualdade de oportunidades para mulheres e homens.

Setembro de 1994

Bibliografia

- BARBOSA, Madalena; e CANÇO, Dina. "Mulheres Trabalhadoras Intelectuais". In *Revista Vértice*, maio/junho, 1994.
- BARRENO, Maria Isabel; COSTA, Maria Velho da; e HORTA, Maria Teresa. *Novas Cartas Portuguesas*. Lisboa, 1972.
- BARTHES, Roland. *Lição*. Lisboa, 1979.
- COSTA, Adélia. *Representações Sociais de Homens e Mulheres*, Portugal, 1991. Lisboa: CIDM, 1992.
- NUNES DE ALMEIDA, Ana; e GUERREIRO, Maria das Dores. "A Família". In *Portugal: Valores Europeus, Identidade Cultural*. (coordenado por Luis de França). Lisboa: IED, 1993.
- Portugal Situação das Mulheres*, 1993. Lisboa: CIDM, 1994 (coordenado por Dina Canço e Teresa Joaquim).
- Relatório Nacional Português para a 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres*. Lisboa: CIDM, 1994 (policopiado).
- TAVARES DA SILVA, Regina. *Mulheres Portuguesas: Vidas e Obras Celebradas, Vidas e Obras Ignoradas*. Lisboa: CIDM, 1991.